ANEXO V

DOCUMENTACAO PARQUE NATURAL TEJO INTERNACIONAL E RESERVA DA BIOSFERA TRANSFRONTEIRIÇA (ICNF)

ICNF
Instituto da Conservação
da Natureza e das Florestas

PARQUE NATURAL DO TEJO INTERNACIONAL

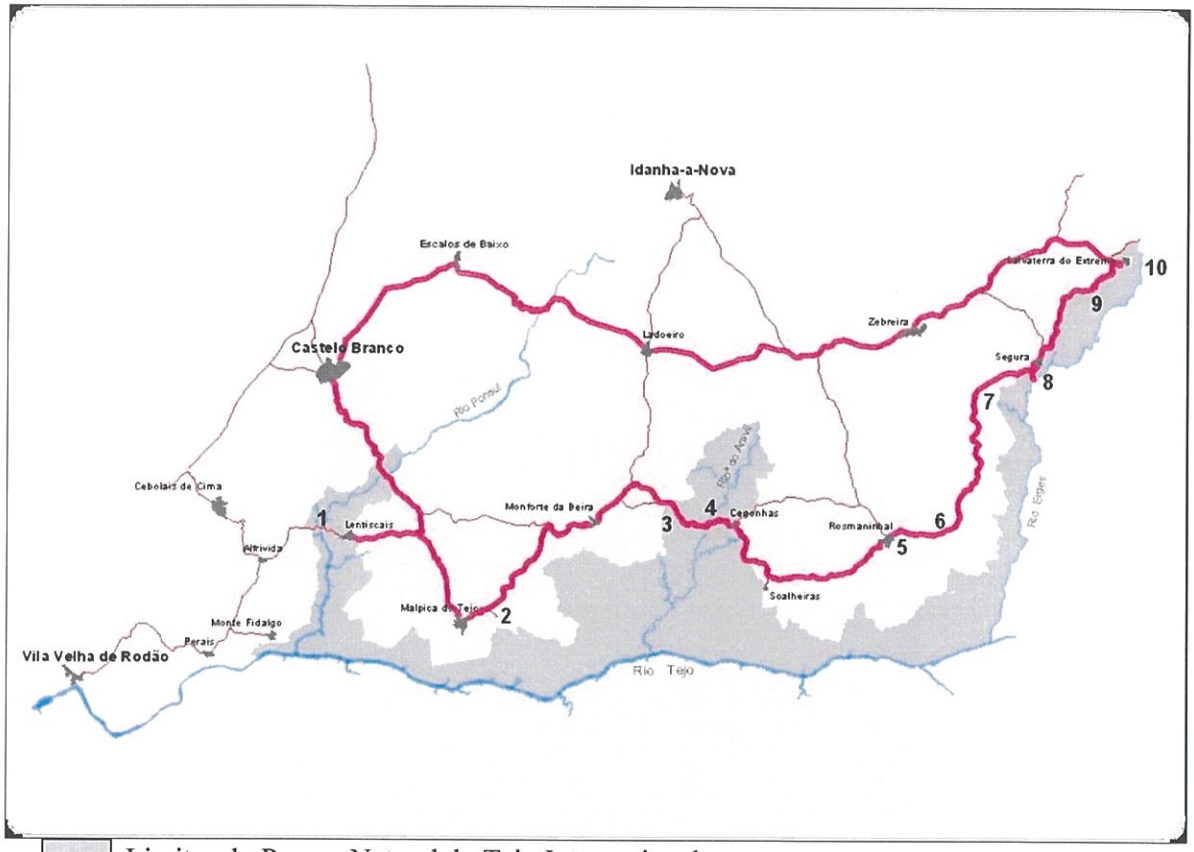
Parque Natural do Tejo Internacional
e
Reserva da Biosfera Transfronteiriça Tejo/Tajo

Visita de Trabalho ao Rio Tejo da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação

Lentiscais, 4 de abril de 2016

1 – Parque Natural do Tejo Internacional

O **Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI)** foi criado pelo Decreto Regulamentar n.º 9/2000, de 18 de agosto, tendo os seus limites sido redefinidos pelos Decretos Regulamentares nºs 3/2004, de 12 de fevereiro e 21/2006, de 27 de dezembro, e é uma área protegida de âmbito nacional que integra a Rede Nacional de Áreas Protegidas, com uma área de 24 484 ha, estendendo-se pelos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão.



Limites do Parque Natural do Tejo Internacional

A criação do PNTI justificou-se pela necessidade de promover a conservação de valores de relevante importância biológica, no sentido de assegurar condições de reprodução para espécies muito suscetíveis à perturbação, como sejam a cegonha-negra (*Ciconia nigra*), o abutre-do-egito ou britango (*Neophron percnopterus*), o grifo (*Gips fulvus*), a águia-real (*Aquila chrysaetos*), a águia-de-bonelli ou águia-perdigueira (*Hieraaetus fasciatus*), o bufo-real (*Bubo bubo*), entre outras espécies.

A **Zona de Proteção Especial do Tejo Internacional Erges e Pônsul** (ZPE) foi classificada pelo Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro de 1999, e possui 25 775,33 ha, em parte coincidente (76%) com o território do Parque Natural do Tejo Internacional.

A presença de uma elevada diversidade de espécies, com especial relevância para aquelas tipicamente rupícolas, que nidificam nas encostas escarpadas do vale do Rio Tejo e afluentes com

elevado estatuto de conservação em Portugal, e outras que frequentam as áreas de planalto abertas contíguas às encostas levou à classificação desta área como zona de proteção especial.

Esta ZPE suporta o maior efetivo populacional de Cegonha-preta *Ciconia nigra* a nível das ZPE nacionais e uma proporção significativa das grandes águias e dos abutres.

1.1 – Paisagem

A ocupação do solo do PNTI revela uma paisagem de influência mediterrânica, recoberta ora de arvoredo florestal ou matagal arbustivo, constituído por azinheiras (*Quercus rotundifolia*), sobreiros (*Quercus suber*), carrascos (*Quercus coccinea*), medronheiros (*Arbutos unedo*) e lentisco (*Pistacia lentiscus*), ora de olivais plantados em socalcos, fruto da força braçal e da necessidade de antanho, hoje quase todos abandonados, pela inacessibilidade e pelo êxodo rural.

Na margem esquerda do rio Tejo, a vegetação luxuriante, de uma paleta de cores variável, consoante a época do ano, constituída essencialmente por quercíneas, com os ramos a tocarem na água, prolonga-se encostas fora (fig. 1).

Fig. 1 - Vegetação mediterrânica.

1.2 – Nidificação

As escarpas dos rios que atravessam o PNTI, pelas suas características - são alcantiladas e possuem saliências rochosas - constituem autênticas plataformas naturais para a nidificação de diversas espécies com importante estatuto de conservação. Entre estas, destacam-se, como mais representativas, a cegonha-negra, da qual a imagem é símbolo do PNTI, o abutre-do-egito e o grifo. Estas espécies encontram aqui condições ideais para a nidificação: inacessibilidade, ausência de perturbação, exposição e alimento. A nidificação ocorre, essencialmente, na margem direita, correspondente ao território nacional (figs. 2 e 3).

Fig. 2 - Ninho de cegonha-negra.

Fig. 3 - Coabitação pacífica entre diferentes espécies rupícolas.

1.3 – Caça

A caça é uma das grandes potencialidades do PNTI, prova disso é o ordenamento cinegético da quase totalidade da sua área, essencialmente à base de Zonas de Caça Turísticas. De entre as espécies alvo de caça destaca-se o veado, seguido do javali, enquanto espécies de caça maior; em termos de caça menor a espécie dominante é a perdiz; quanto a espécies migradoras, o tordo é rei nestas paragens (fig. 4).

Fig. 4 – Veados, a principal espécie cinegética.

1.4 – Pesca

Nos cursos de água que integram o PNTI, pelas características das suas águas, em termos de temperatura, alimento e abrigo, está presente uma fauna piscícola muito abundante e diversificada, não só de espécies autóctones como, mais recentemente, de espécies exóticas.

Decorrente da abundante fauna piscícola, o exercício da pesca no PNTI assume atualmente uma grande relevância, não só em termos lúdicos, mas também em termos profissionais. A espécie mais capturada é o barbo, seguida da carpa e do achigã.

O destino do peixe é a restauração e a comercialização no mercado local, em particular no mercado de Castelo Branco (fig. 5).

Fig. 5 - Venda de peixe do rio no mercado de Castelo Branco.

1.5 – Turismo

Recentemente começou a ser aproveitada outra grande potencialidade que é o turismo, intrinsecamente associado às excelentes condições de navegabilidade dos rios Tejo e Pônsul, mediante a realização de passeios de barco (fig. 6). Para isso muito contribuiu a construção de um cais de embarcações em Lentiscais, no rio Pônsul.

Fig. 6 – Operadores marítimo-turísticos.

Neste momento estão autorizados a realizar passeios de barco quatro operadores turísticos:

- Fator Ócio (operador do barco Balcon del Tajo)

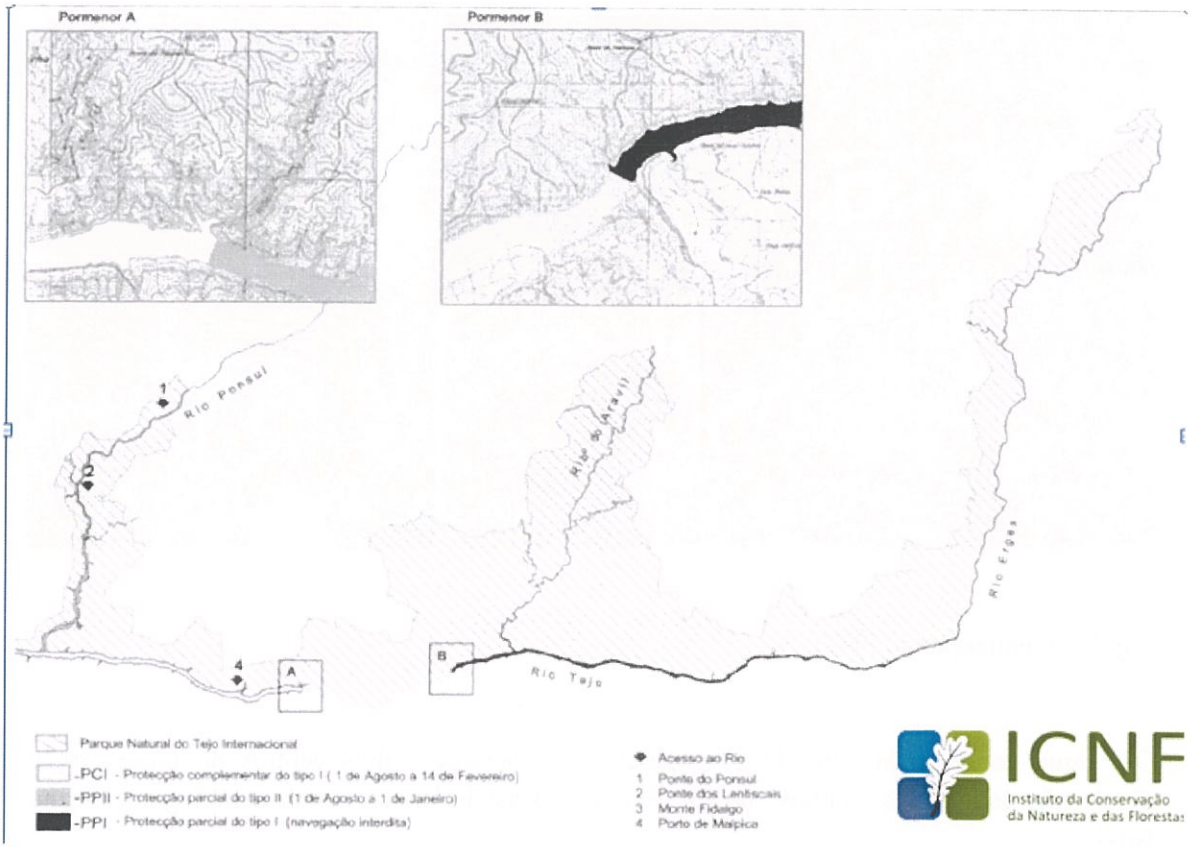
- Ponsulativo

- Beira Baixa Inesquecível

- Naturpesca.

Os operadores marítimo-turísticos utilizam os embarcadouros de Santiago de Alcântara, de Herrera de Alcântara, de Cedilho, de Malpica do Tejo, e de Lentiscais.

No mapa seguinte encontram-se identificados os troços e períodos de navegação permitidos.



Troços e períodos autorizados para a navegação

Na área de Proteção Complementar Tipo I, entre o cais de Lentiscais (rio Pônsul) e o cais de Malpica/Herrera de Alcantara, no período de 15 de fevereiro e 31de julho apenas é permitida a navegação de um operador marítimo-turístico em cada momento, com calendário previamente acordado entre todos os intervenientes.

Entre 1 de agosto e 1 de janeiro é permitida a navegação nas áreas de Proteção Complementar do Tipo I e na área de Proteção Parcial Tipo II.

O turismo de natureza não se limita apenas aos passeios de barco turísticos, é também extensível a passeios de barco sem motor, remo, canoagem e atividades náuticas similares, mas apenas no rio Tejo.

De modo a melhorar a informação aos visitantes, foi recentemente colocada sinalização em locais estratégicos para a divulgação do PNTI (fig. 7).

Fig. 7 – Sinalização do PNTI.

O Parque conta ainda com diversos percursos pedestres e dois centros de interpretação e divulgação dos valores naturais, um localizado em Castelo Branco e outro em Segura, Idanha-a-Nova.

Para informação complementar sobre o Parque Natural consultar o sítio do ICNF com o seguinte endereço:

http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ap/p-nat/pnti.

2 – Parque Internacional Tejo – Tajo

A criação do Parque Internacional baseou-se nos acordos alcançados após a assinatura do Memorando de Entendimento sobre a colaboração transfronteiriça no Ministério do Meio Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional de Portugal e o Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino de Espanha nas zonas protegidas situadas no Tejo Internacional, assinado na XXIV Cimeira Hispano-Lusa, que teve lugar em Zamora, em 22 de janeiro de 2009.

A colaboração entre as entidades gestoras dos dois Parques Naturais tem-se concretizado em reuniões técnicas de coordenação, ações de monitorização e fiscalização conjuntas, partilha de informação e participação nos órgãos consultivos de cada uma das áreas protegidas (Conselho Estratégico do PN Tejo Internacional e Junta Rectora do PN Tajo Internacional)

O trabalho conjunto desenvolvido entre os dois países culminou na apresentação de uma candidatura para a criação da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Tejo-Tajo, em setembro de 2015.

Limite do Parque Internacional Tejo/Tajo

3 - Reserva da Biosfera do Tejo/Tajo Internacional

As excelentes condições naturais, a que se associa um importante património cultural e histórico, quer em território nacional, quer em território espanhol, conduziram os dois países à apresentação de uma candidatura conjunta deste território transfronteiriço a Reserva da Biosfera.

O corolário de todo este esforço foi reconhecido e revelado no passado dia 19 de março, pelo Conselho de Coordenação Internacional do Programa Man & Biosphere, da UNESCO que, reunindo no Peru, anunciou ao mundo a aprovação da Reserva da Biosfera Transfronteiriça do Tejo/Tajo. Trata-se, portanto de uma das reservas de biosfera mais jovens.

A atribuição deste galardão vem, não só, dar uma maior visibilidade a todo este território, mercê da sua ampla divulgação, mas também uma maior responsabilidade na preservação e na manutenção dos valores naturais, culturais e históricos em presença. A fig. 8 apresenta os limites da Reserva da Biosfera, com a identificação das freguesias abrangidas em território nacional e pelos *terminos municipales* em Espanha.

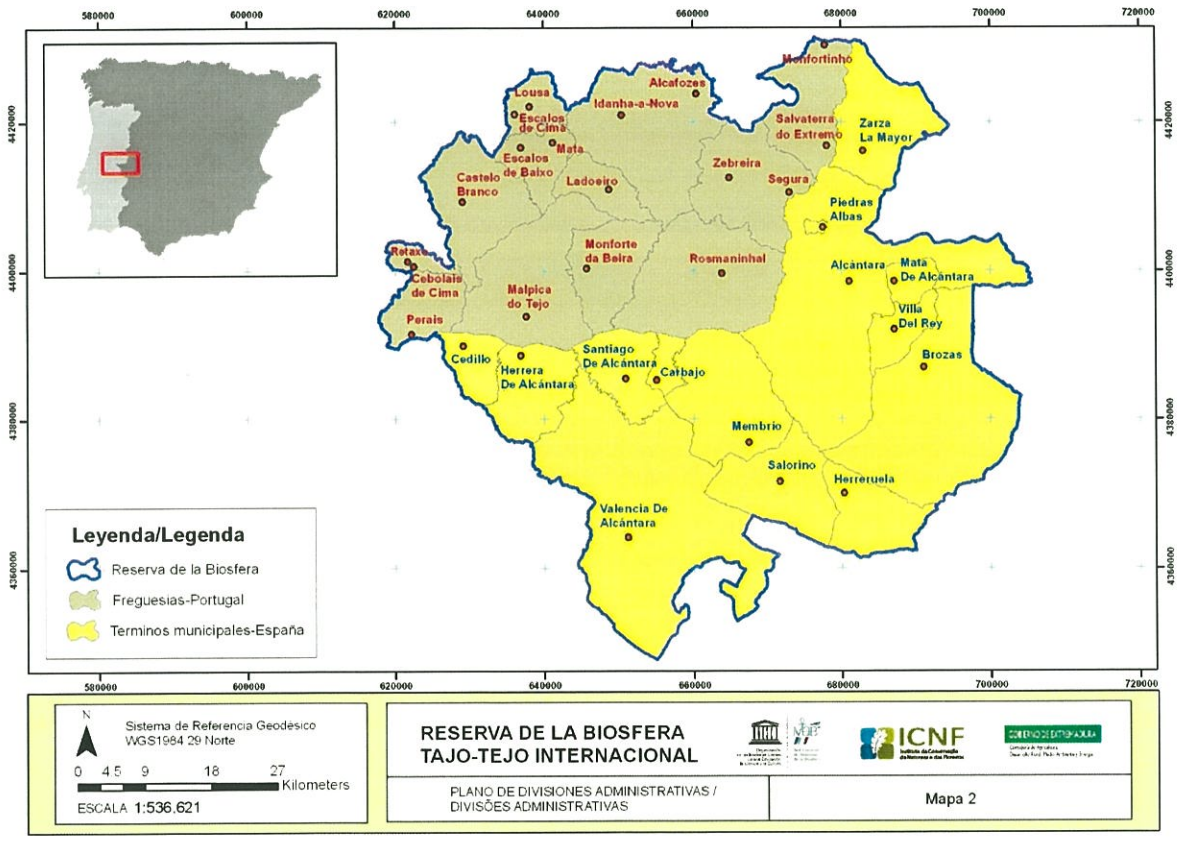


Fig. 8 – Limite da Reserva da Biosfera.

3.1 – Área

A reserva da biosfera ocupa uma área total de 428 mil hectares, distribuídos pelos diferentes tipos de zonamento, em território português e espanhol, conforme o quadro seguinte.

Áreas	Extremadura (Espanha)	Portugal	Total
Zona núcleo	24 738 ha	6 378 ha	31 117 ha
Zona tampão	92 409 ha	24 870 ha	117 279 ha
Zona de transição	141 926 ha	137 953 ha	279 878 ha
TOTAL	**259 073 ha**	**169 201 ha**	**428 274 ha**

Área dos diferentes tipos de zonamento.

3.2 – Caraterização do zonamento

Decorre das normas de candidatura deste tipo de espaços naturais a delimitação de diferentes tipos de zonamento, variando esse zonamento em função do nível de proteção a implementar em cada área, de modo a permitir uma gestão adequada dos recursos, e a garantir a disponibilidade de meios para desenvolver os princípios e objetivos da Reserva proposta. Para a definição desses objetivos foi importante ter em conta o zonamento já estabelecido nos espaços protegidos que integram a Reserva, os quais se encontram definidos nos respetivos Planos de Ordenamento. Assim, o zonamento da Reserva da Biosfera estabelece-se da seguinte forma:

Zonas Núcleo

No caso da Reserva proposta, trata-se de áreas com a presença de habitats de especial interesse, escassa ocupação humana e grande biodiversidade, que corresponde com o leito do rio Tejo e seus afluentes (Erges, Pônsul, Sever…), bem como o território imediatamente limítrofe aos mesmos. São zonas que já possuem uma figura de proteção, o que garante a sua conservação e o desenvolvimento de medidas de gestão ativa. As figuras de proteção que correspondem a estas zonas são:

- Parque Natural del Tajo Internacional
- Parque Natural do Tejo Internacional (áreas de Proteção Total e Proteção Parcial Tipo I do Plano de Ordenamento do PNTI).
- Espaços da Rede Natura 2000 (Zona de Proteção Especial do Rio Tejo Erges e Pônsul)

As zonas núcleo acolhem populações relevantes de espécies como a cegonha-preta, abutre-preto, águia-imperial-ibérica, águia-perdigueira, britango, águia-real e bufo-real, caudais de regime sazonal pouco alterados com uma ictiofauna singular, bem como fragmentos importantes de

habitats incluídos na Directiva 92/43/CEE, como azinhais, sobreirais, bosques ribeirinhos e pastagens. Incluem um elevado número de elementos prioritários para a conservação da biodiversidade no contexto europeu.

Zonas tampão

Para o estabelecimento das zonas tampão foi tido em consideração dois aspetos: em primeiro lugar, que as zonas núcleo propostas estejam, na medida do possível, completamente rodeadas de zonas tampão, no intuito de amortizar os possíveis impactes e perturbações externas. Em segundo lugar, que estas ditas zonas encerrem objetivos específicos de conservação, restauração, educação e/ou desenvolvimento sustentável, permitindo as atividades compatíveis com os objetivos de conservação.

Nestas zonas estão incluídas as áreas que possuem um valor ambiental, científico, cultural e paisagístico incontestável, mas que também apresentam um certo grau de incidência humana e admitem usos limitados. Trata-se de zonas que contam com alguma figura de proteção, como é o caso de parte do Parque Natural do Tejo Internacional, assim como vários espaços pertencentes à Rede Natura 2000.

Zonas Transição

A área de transição carateriza-se por ser um território onde se encontram integradas populações e no qual há um maior desenvolvimento dos usos do solo e da exploração agro-pecuária, amenizando os impactes gerados por estas atividades diretamente sobre os recursos naturais. No entanto, trata-se de zonas em que é possível uma exploração sustentável dos recursos, o que se traduz no aumento da riqueza natural da Reserva no seu conjunto.

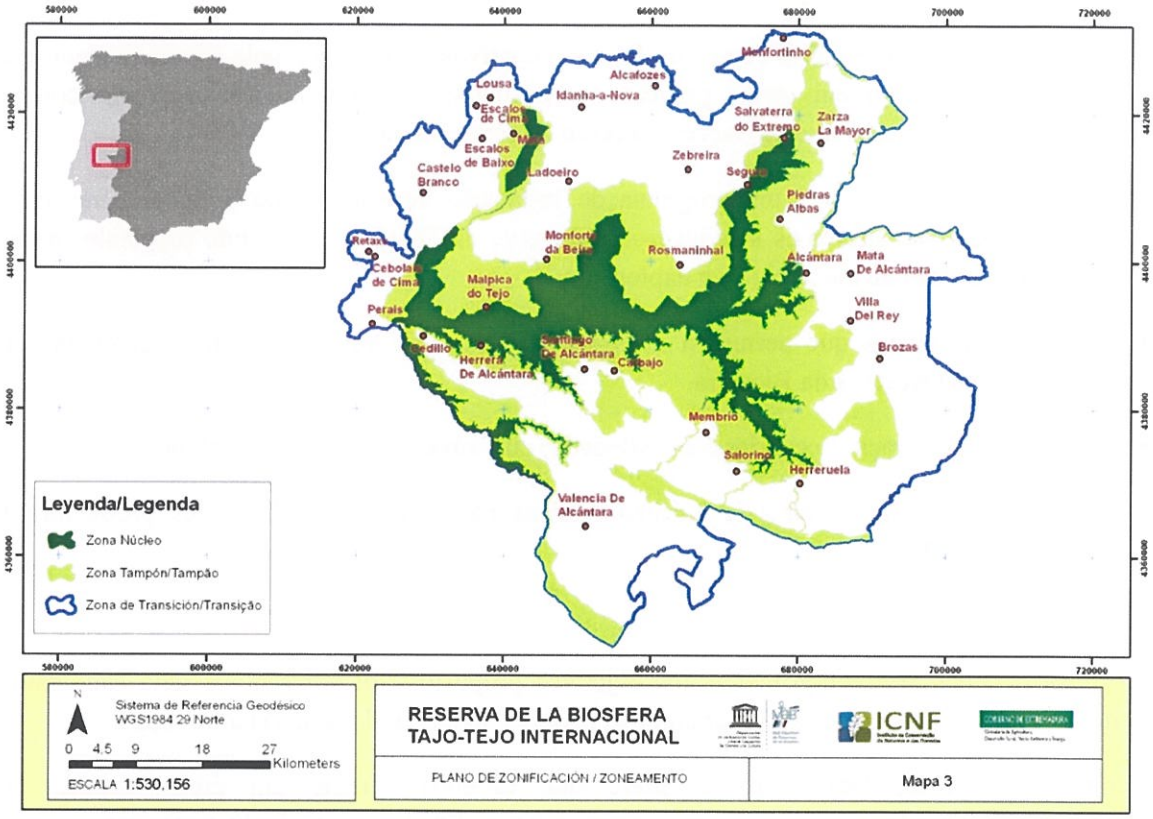
As zonas de transição correspondem maioritariamente a parcelas de montado, pastagens, matagais mais ou menos degradados e culturas, nas quais é necessário abordar questões como a sobrecarga pecuária, a perda de biodiversidade resultante do abandono dos usos do solo tradicionais, a manutenção de enclaves de montado, a geração de resíduos ou a construção de novas infraestruturas.

É um território bastante extenso, onde estão integradas populações e áreas urbanas, bem como numerosas infraestruturas, recebendo assim diversos impactes de origem antrópica diretamente sobre os recursos naturais.

A maior parte nos núcleos urbanos da Reserva da Biosfera localizam-se neste setor, onde se concentra uma população de 46.170 habitantes, mais de metade dos quais na cidade de Castelo Branco.

A população residente nesta área pode beneficiar deste título, para promoção, valorização e utilização sustentável dos recursos endógenos, nas atividades económicas, sociais e culturais.

A fig. 9 apresenta a distribuição da área pelos diferentes tipos de zonamento, em território português e espanhol.



Fg. 9 - Distribuição dos diferentes tipos de zonamento.

3.2 – Objetivos da Reserva

No futuro imediato, a gestão coordenada da área transfronteiriça vai considerar uma série de objetivos em diferentes escalas, a fim de melhorar o atual nível de conservação da área. Entre eles encontram-se os seguintes:

- Regulação do uso público, especialmente nas áreas núcleo que constituem os espaços protegidos da Reserva da Biosfera, atendendo a questões como, as atividades de lazer ao ar livre, turismo e navegação.
- Melhorar a participação e gestão ativa.
- Avaliar de forma coordenada o planeamento e a execução de novas infraestruturas.
- Elaborar rapidamente um plano de conservação e regeneração do montado.
- Introduzir melhorias na atual política de gestão florestal.
- Aprofundar a localização e erradicação de espécies exóticas, tanto animais como vegetais.

- Estabelecer os protocolos necessários para uma racionalização da gestão cinegética.
- Melhorar a coordenação em matéria de prevenção e extinção de incêndios.
- Desenvolver um plano contra os fatores negativos enfrentados pela biodiversidade que tiveram origem em certas práticas agropecuárias, como a intensificação agrícola, o abandono de usos tradicionais e o excesso de carga pecuária.
- Elaborar rapidamente um programa de instalação de estações de tratamento de águas residuais nas diferentes localidades da Reserva da Biosfera, atendendo especialmente às necessidades de manutenção e exploração.
- Elaborar planos que permitam o regresso dos usos e aproveitamentos tradicionais no âmbito da Reserva da Biosfera.
- Potenciar as raças pecuárias e as variedades cultiváveis de plantas autóctones.
- Desenvolver protocolos de atuação comuns para obviar aos diferentes problemas de conservação.

De modo a tentar dar cumprimento aos objetivos propostos, foi apresentada uma candidatura conjunta entre os dois países ao Programa INTERREG, aguardando-se a sua aprovação.

Perante o exposto, facilmente se infere que estamos perante um área ocupada por importantíssimos valores naturais, com enormes potencialidades nos mais diversos setores e que, perante a atribuição recente do título de Reserva da Biosfera, passará a ter uma ampla divulgação a nível mundial, com todos os proveitos que daí podem advir.